

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Celma de Paula Paiva

**POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DO TURISMO RURAL PARA O HOMEM DO CAMPO**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).

Orientadora: Anne Bastos Martins Rosa

**JUIZ DE FORA - MG**

**2019**

# POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DO TURISMO RURAL PARA O HOMEM DO CAMPO

Celma de Paula Paiva<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo verificar como as possibilidades e as limitações do Turismo Rural (TR) para o homem do campo são apresentadas pelos teóricos nacionais, inferindo em que aspectos o turismo pode beneficiar o seu modo de vida. Através de uma revisão bibliográfica, que incluiu livros e artigos científicos publicados entre os anos de 2003 até 2018, procurou-se conhecer como a teoria aborda a questão mencionada. Os principais elementos estudados foram o conceito do Turismo Rural, bem como a forma como é desenvolvido nas áreas de interesse, principalmente através da relação ente a pluriatividade e a agricultura familiar. Concluiu-se que, o Turismo Rural é apresentado como uma atividade que realmente pode fomentar novas possibilidades para o homem do campo, com o devido planejamento e investimento das parcelas do governo responsáveis pelo aprimoramento e treinamento para que o morado local se torne protagonista desse novo mercado, o TR apresenta-se como grande estimulador para o homem do campo, faltando, entretanto, estudos mais aprofundados acerca do tema, em especial ao que tange as limitações para envolvimento deste grupo com a atividade turística.

**Palavras-chave:** Turismo Rural. Impacto. Homem do Campo.

## 1. INTRODUÇÃO

Esse artigo destina-se ao estudo do Turismo Rural (TR) voltado para o homem do campo que se envolve com a atividade. Mais especificamente, será tratado o grupo dos agricultores familiares, objetivando caracterizar os benefícios e os riscos trazidos com esse novo advento para responder as questão-problema: como o Turismo Rural reflete na vida deste grupo social?

Nas Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural (Brasil, 2004) é possível identificar os territórios rurais através da destinação agrícola da terra, com uma produção familiar, rica em biodiversidade, cultura regional e identificação dos ciclos naturais, pois há um vínculo com a ruralidade.

Dessa forma, a produção agropecuária está representada em práticas sociais, pelo trabalho, ambiente, artesanato, modo de vida, prestação de serviços típicos, arquitetura, hospitalidade, manifestações culturais, culinária e a paisagem, que são estimadas pelo Turismo Rural, cuja agregação de valor pode ser vista também no beneficiamento de produtos naturais (BRASIL, 2004).

Silva (2001) leciona que o Turismo Rural, portanto, se apresenta com a autenticidade dos fatores socioculturais que podem ser oferecidos ao visitante, que prima pela conservação de manifestações e práticas regionais da mesma forma que busca a preservação do meio ambiente natural, mas também necessita de atividades complementares e não agrárias, que são parte desse processo de valorização.

Assim, o agroturismo e o Turismo Rural são utilizados para representar esse conceito, enquanto os empreendimentos turísticos sem relação com o meio rural de identidade não se enquadram na definição exposta nesse artigo, ainda que possuam a capacidade de criação de novas rendas para o homem do campo (BRASIL, 2004).

Por conseguinte, uma vez implementado, o Turismo Rural torna-se integrado e participativo com o meio rural de forma a alterar a dinâmica social do homem do campo, impactando o seu dia a dia, não apenas nas interações sociais, como nos meios produtivos e de renda (BRASIL, 2004).

---

<sup>1</sup>Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: humanascelma@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Anne Bastos Martins Rosa.

Importa para essa pesquisa analisar como o Turismo Rural pode impactar a vida do agricultor familiar pluriativo, trazendo suas possibilidades e limitações trazidas pelo próprio mercado, de forma abrangente. Tal investigação se deu através de pesquisa bibliográfica, a revisão de literatura inclui livros e artigos científicos a partir do ano de 2003 ao de 2018, cujas obras foram publicadas em português, retiradas, principalmente, de revistas eletrônicas renomadas e sites de grande repercussão, além da legislação pertinente ao tema.

## 2. DESENVOLVIMENTO

Costa e De Muno Colesanti (2002) conceituam o turismo como uma atividade complexa, na qual vários campos são abrangidos, constituindo a sua estrutura na presença comum de três elementos: o espaço físico, o tempo e o indivíduo; apresentando consequências ou impactos sociais e ambientais para as comunidades residentes nas áreas receptoras.

Para Barros e Gama (2009), o turismo envolve um processo de escolha para determinado destino, que quando inserido na vertente ambientalista, pode valorizar áreas naturais e fazer destas um objeto de comercialização e consumo. O direcionamento deve ser o da contribuição para o desenvolvimento, pois, ainda que haja a preocupação em planejar sua implantação com o objetivo de reduzir impactos negativos, a expansão e a disseminação da atividade turística não deixam de ser um fato que merece atenção e cuidados (CORRÊA, MARIANI, 2011).

Nas pesquisas que relacionam os diversos aspectos que podem ser alterados pelo turismo (econômicos, culturais, políticos e ambientais), muitas vezes relacionam o planejamento e a criação de modalidades alternativas de turismo com a possível redução dos impactos negativos (MARTINS, 2012). Assim Candiotto et al. (2007) acentuam que é necessária a ampliação do debate geográfico em relação ao turismo de modo a considerar as dinâmicas internas ao lugar, cujo fundamento é a análise das implicações socioespaciais do turismo.

Referindo-se especificamente ao desenvolvimento rural, há que se destacar a possibilidade do turismo gerar um ganho no valor social de diversificação das atividades tradicionais do campo, sendo considerado um fator de pluriatividade. A diversificação dessas atividades ocorre por meio da dinamização de um conjunto de outras atividades econômicas que com elas interagem, como o artesanato, a produção e a venda de produtos agrícolas e gêneros alimentícios certificados, os serviços de transporte, de animação, de guias, entre outros, além de representar um significativo crescimento das propriedades rurais que oferecem atividades de lazer e turismo (CORRÊA, MARIANI, 2011).

Candiotto (2007) conceitua a pluriatividade como um fenômeno descrito pelo:

[...] crescimento das atividades não agrícolas no meio rural, e das ocupações da população rural em atividades não agrícolas, seja na cidade ou no campo, vem modificando diversas unidades de produção e vida familiares (UPVFs) 2 e conseqüentemente, a dinâmica do espaço rural, através de novas atividades produtivas e econômicas, relações de trabalho e sociais, e da circulação de pessoas e mercadorias em áreas consideradas rurais (CANDIOTTO, 2007, p. 192).

Entretanto, o autor alerta ainda sobre a necessidade da análise desse fenômeno sob a ótica geográfica específica do lugar a ser avaliado, pois, tendo em vista a heterogeneidade do Brasil, a diversidade deve ser um fator importante, além da observação das ações municipais, estaduais, federais e globais na localidade para o seu desenvolvimento (CANDIOTTO, 2007). Ou seja, o uso da pluriatividade como recurso de reprodução social e econômica deve ser analisada caso a caso.

Apresentando duas correntes para a explicação do surgimento da pluriatividade, Candiotto (2007) descreve a macroestrutural com influência marxista, na qual há uma ligação entre o crescimento de atividades não-agrícolas no meio rural à expansão do capitalismo na agricultura, enquanto a microestrutural é apresentada como uma escolha de cada família rural conforme sua dinâmica; o autor aponta a possibilidade de uma terceira corrente, em que se concilia as duas ideias para o estudo desse fenômeno.

Schneider (2006) relata que esse processo de abertura de mercado para os agricultores familiares, que passaram a ser visados, não pelos produtos que podiam oferecer, mas como força de trabalho, terminou por tornar necessária uma estratégia familiar, em que ou o agricultor se especializa na agroindústria e aumentava a sua produção ou inicia a pluriatividade dos membros da família, diversificando as atividades não-agrícolas ou,

relacionado com essa última, converte sua propriedade produtiva em atração para o Turismo Rural, onde diversos produtos e serviços variados serão oferecidos.

Observa-se que há uma dificuldade do homem do campo manter suas economias apenas baseadas na agricultura, pois, ainda que possa escolher as atividades em que deseja trabalhar, é uma questão de sobrevivência ampliar a renda da família para além das atividades agrícolas, explorando novas oportunidades de ganhos e emprego não-agrícolas cada vez mais presentes no meio rural (CANDIOTTO, 2007).

Para Anjos et al (2006) a pluriatividade apresenta-se como uma questão a ser resolvida, pois, para além da subordinação dos agricultores ao capital na visão marxista, trata-se da perda da importância da agricultura familiar, que passa a ser considerada atividade produtiva de menor valor, refletindo na falta de uma preocupação governamental para apoiar essas famílias frente à dinâmica da produção agropecuária, estagnando ainda mais o setor.

Schneider (2003), entretanto, acredita que a pluriatividade esteja ligada à revitalização do espaço rural, pois a tendência é o crescimento do movimento ambientalista e dos processos de descentralização industrial, além de possibilitar a acomodação da mudança mundial de mercado, uma vez que a agricultura familiar já vinha em constante declínio, assim, as novas oportunidades permitem ao agricultor permanecer em sua terra

Candiotto (2007) relativiza essas duas posições, pois deve-se lembrar que o Brasil é afetado por problemas estruturais de grande peso, como a acentuada concentração de terras, ausência de programas efetivos para a regularização fundiária, desperdício de áreas produtivas à espera de uma valorização imobiliária e tentativas vazias de reforma agrária por todo o país, que limitam a pluriatividade espacial e socialmente, mas é inegável o impacto desse fenômeno como diversificador da fonte de renda do homem do campo, trazendo-o para um novo mercado e com novas relações sociais, o que também intensifica as exigências para que ele se torne um empreendedor.

Por conseguinte, embora a adoção da pluriatividade seja proveniente das estratégias elaboradas por família, dependendo de sua iniciativa, a oferta de empregos, em geral, surge de empresas que não são de propriedade de agricultores, que buscam mão de obra barata e próxima, o que reduz a autonomia do homem do campo, além de reduzir o tempo despendido com a sua família e direciona o seu trabalho para o lucro de terceiro (CANDIOTTO, 2007).

Entretanto, esse fenômeno ainda se apresenta como a perspectiva mais vantajosa para a família rural, já que inibe o êxodo, aumenta a renda e proporciona a manutenção e melhoria na qualidade de vida, o que deve ser visto caso a caso, de acordo com as experiências de cada região brasileira (CANDIOTTO, 2007).

Rosa (2014) acredita que não há estudos com a devida ênfase na participação das atividades não-agrícolas no aumento da renda dos agricultores, pois há uma confusão com as rendas advindas de programas assistenciais como o Bolsa Família, a previdência rural e a aposentadoria, o que, embora não afaste os benefícios da pluriatividade no campo, exija um número maior de pesquisa acerca da ascensão social dos ruralistas.

O maior impacto das atividades não-agrícolas observado nas propriedades familiares produtivas é a criação no agricultor da noção de responsabilidade e preservação do meio ambiente em que circulam, pois são destacadas as funções artesanais e de elaboração alimentícia, relacionadas diretamente com o Turismo Rural (ROSA, 2014).

Nesse mesmo sentido, apresenta-se o Turismo Rural (TR), que está além das práticas turísticas que ocorrem no espaço rural, pois as atividades de lazer, esportivas, ou ócio de cidadãos, alheias ao meio em que estão inseridas, devem ser denominadas como Turismo no Espaço Rural, enquanto o TR é representado pelas atividades que mais se identificam com as especificidades da vida rural, seu habitat, sua economia e sua cultura (BRASIL, 2010).

Importa ressaltar que o Turismo Rural é um segmento do Turismo no Espaço Rural, e também se diversifica em agroturismo, quando o objetivo é a fruição dos cenários e observação, além da vivência e participação em atividades agropastoris; o turismo de aventura, em que o meio natural é apenas um recurso para produzir nos participantes sensações de descobrimento e emoção; o turismo esportivo, cuja essência é a prática de qualquer atividade esportiva; o turismo cultural, que utiliza os recursos culturais de um território em área rural; e o ecoturismo, no qual é esperada a integração dos visitantes no meio humano natural (BRASIL, 2012).

O problema quanto à diferenciação do TR, ocorre, segundo as Diretrizes de Desenvolvimento do Turismo Rural, principalmente quanto aos seus impactos especificamente, pois:

[...] esse segmento vem crescendo rapidamente pelo País com características diferenciadas. Na maioria dos casos, ocorre de forma empírica e confunde-se em múltiplas concepções, manifestações e definições, sendo denominado, também, de agroturismo, ecoturismo, turismo de interior, turismo no espaço rural, alternativo, endógeno, verde, campestre, agroecoturismo, ecoagroturismo. Essa profusão de entendimentos deve-se, em grande parte, à ausência de ações capazes de ordenar, incentivar e oficializar o Turismo Rural como um segmento turístico, fazendo com que a vasta diversidade cultural e geográfica do País, ao invés de identificar cada lugar, tenda à descaracterização. (BRASIL, 2004, p.9)

A classificação do TR é a soma da proximidade da natureza do local com a tranquilidade social, em que o ambiente não mecanizado garante um maior contato pessoal, além do peso histórico, em que se pese a preservação da identidade e controle local envolvendo os agentes e a comunidade rural (BRASIL, 2004).

Para Ramiro e Romero (2012), o turismo rural deve ser entendido como um produto completo e diversificado que integra os componentes de acomodações, alimentação, recreação e lazer, havendo interesse dos visitantes tanto no acolhimento hospitaleiro e personalizado como nas tradições gastronômicas, do artesanato, da cultura popular, da arquitetura rústica, do folclore e da história, incluindo visitas às propriedades rurais e à natureza com objetivos diferenciados.

O TR, como modalidade de turismo doméstico de base local, ou seja, um turismo mais voltado à população regional e local do que à demanda internacional, é incentivado no Brasil por ser considerado de baixo impacto, comprometido com o desenvolvimento local e com as populações, principalmente quanto à agricultura familiar (BRASIL, 2016).

De acordo com Candiottto et al (2007), a expressão agricultura familiar está relacionada às pressões dos movimentos sociais da América Latina, especialmente, as entidades de representação dos agricultores, formando uma nova categoria política, que abarca os pequenos proprietários rurais, os assentados, os arrendatários e os agricultores integrados às agroindústrias, derivada da integração da agricultura à indústria, o que exclui a massa de agricultores, cuja incorporação de práticas vinculadas à sustentabilidade no Brasil tem sido reconhecida pelo governo, uma vez que: “(...) *apresentam vínculo entre trabalho e gestão por parte dos proprietários; ênfase na diversificação da produção, na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida; uso do trabalho assalariado de forma complementar, e tomada de decisões imediatas.*” (CANDIOTTO ET AL, 2007, p. 90).

Entretanto, essa categoria tem ocupado também outros postos de trabalho, de acordo com Rosa (2014), relacionando a pluriatividade com o incentivo da prática do Turismo Rural em pequenas e médias propriedades rurais, em que a agricultura familiar é combinada com práticas não-agrícolas, ainda que as atividades turísticas peçam pela autenticidade da experiência do modo de vida do homem do campo, como pode ser visto em reservas extrativistas e comunidades ribeirinhas.

Anjos et al (2006) conceitua a agricultura familiar como o desenvolvimento de alguma atividade agrícola comercial em uma propriedade de até quatro módulos fiscais, ou seja, o tamanho capaz de garantir a sustentação material de um agricultor e de sua família, que pode variar suas dimensões de acordo com a região e tipo de exploração, excluindo aquelas em que os responsáveis pela sua manutenção não eram os proprietários, como nos casos de uso da terra, arrendamento, posse, ocupação provisória, meação, parceria, ou quando voltadas à hospedagem de pessoas de origem urbana, mas inclui as pessoas que possuíam algum auxílio, como o previdenciário, desde que produzam para o autoconsumo ou tivessem algum tipo de receita complementar com a atividade agrícola.

A terra, embora escassa, é o principal ativo do patrimônio familiar desses agricultores, que, muitas vezes, estabelecem arranjos do uso e destinação da terra variados, o que diverge de qualquer outro modo social de produção, estabelecendo como proprietário um dos membros do grupo doméstico, não sendo essa escolha estática, pois o controle da terra envolve também outras formas como a cessão temporária, usufruto e troca de bens, uma vez que a agricultura não consegue manter a sobrevivência dessas famílias no campo, sendo sua manutenção na localidade pela valorização de aspectos como a serenidade, calma, contato próximo com os vizinhos e a relação imediata com a natureza (ANJOS ET AL, 2006).

De acordo com o Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar 2004/2007, a produção rural na agricultura familiar representa um atrativo ao TR quanto às atividades produtivas da propriedade:

[...] sob a forma de demonstrações, explicações, e vivência das técnicas utilizadas, onde o turista também pode interagir fazendo parte do processo. Ex: atividades em pomares, leiteiras, apiários, criações de animais em geral, áreas cultivadas, vinícolas, alambiques, etc.

#### Técnicas

agropecuárias de mínimo impacto apresentam grande poder de atratividade. Das inumeráveis atividades recreativas, várias podem ser praticadas nas unidades familiares, desde que estejam associadas com o conjunto de práticas que caracterizam o meio rural: pesca, pesque pague, cavalgadas, caminhadas, passeios de barco, banhos em rios, lagos, represas, cachoeiras, atividades lúdicas em geral, etc (BRASIL, 2003, p. 7).

Silva (2001) alerta que esse tipo de ocupação agrícola, que tem sua capacidade de exploração econômica limitada, tende a cair cada vez mais, pois o número de famílias envolvidas com a atividade agrícola não se mantém apenas pela renda obtida pela produção rural, embora a pluriatividade torne possível a sobrevivência desses clãs no meio campestre.

Existe ainda, para a manutenção dessas famílias na propriedade rural, um problema sucessório na partilha, que acaba empurrando os membros excluídos na continuidade da agricultura familiar para o êxodo rural ou a proletarianização dos colonos:

[...] poder-se-ia estabelecer duas orientações básicas no que afeta às formas de transmissão do patrimônio fundiário no contexto da agricultura familiar. A primeira delas é o que se denomina herança impartível, enquanto a segunda corresponde à herança partilhada entre todos os herdeiros, sejam eles do gênero masculino e/ou feminino. Entre ambas orientações existiriam formas intermediárias, como no caso das situações em que a subdivisão dá-se exclusivamente entre herdeiros do gênero masculino, excluindo as mulheres de uma participação correspondente na transmissão do patrimônio fundiário. Tradicionalmente o dote ou enxoval personificava o mecanismo compensatório decorrente da exclusão feminina da condição de herdeira da terra (BRASIL, 2003, p. 6).

De tal modo, Schneider (2006) relaciona a agricultura familiar à expansão do TR por uma necessidade de diversificação da renda do agricultor, através da oferta de produtos in natura ou processados, associada à demanda urbana interessada pelos elementos culturais e naturais do meio rural, juntamente com as melhorias em infraestrutura, facilitando o acesso às estradas, meios de transportes, energia elétrica, saneamento, comunicações; além de acesso a cursos de capacitação e a informação sobre a viabilidade do Turismo Rural como alternativa complementar de renda para o agricultor familiar.

Rosa (2014) aponta que há uma relação duradoura, harmônica e próspera entre o Turismo Rural e a agricultura familiar que pode ser vista em programas desenvolvidos pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Turismo, como a Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar e o Programa Rural na Agricultura Familiar, embora ainda seja necessário implementar melhorias para maiores benefícios econômicos e sociais.

Embora a agricultura familiar tenha sido massacrada pelos meios de produção capitalista, pois nunca esteve em condições de concorrer igualmente com os grandes produtores rurais, atualmente, através de organismos internacionais como a ONU (Organização das Nações Unidas), FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), OMC (Organização Mundial do Comércio), a visibilidade desse meio produtivo passou a ser transmitida conjuntamente a um discurso da importância da agricultura familiar e de seu fortalecimento para que haja uma expansão das pequenas propriedades rurais através do crescimento econômico destas e de sua inserção em mercados globalizados (CANDIOTTO ET AL, 2007).

Neste mesmo sentido, o governo federal (BRASIL, 2004) reconhece a necessidade de ações governamentais articuladas que, em parceria com agentes privados e a comunidade regional, para tornar possível o desenvolvimento do Turismo Rural ordenado e fortalecido com a infraestrutura e capacitação necessárias, traçando os seguintes objetivos:

- ordenar o segmento Turismo Rural;
- promover e estimular a eficiente informação/comunicação no setor;
- promover a articulação de ações institucionais e inter setoriais;
- promover e viabilizar incentivos para o desenvolvimento da atividade;
- incentivar e apoiar formas eficientes de promoção e comercialização;
- promover e estimular a capacitação de recursos humanos;
- estimular o envolvimento das comunidades locais; e
- promover, incentivar e estimular a criação e a adequação de infraestrutura para o setor (BRASIL, 2004, p. 16).

Destarte, a maior procura pelo Turismo Rural torna a atividade ainda mais capaz de propiciar uma alternativa de renda, emprego e valorização da propriedade rural e dos recursos naturais e culturais das famílias de agricultores, bem como dinamiza economicamente os espaços rurais (BARROS, GAMA, 2009).

O viés do Turismo Rural como uma atividade potencialmente sustentável, torna o TR complementar à produção agropecuária, beneficiando os agricultores familiares e fortalecendo a sua atividade, além de gerar emprego e renda, aumentando a autoestima da população rural (CANDIOTTO ET AL, 2007).

Há uma significativa alteração nas dificuldades históricas de sobrevivência, de resistência, e da importância das pequenas unidades de produção familiar no Brasil, principalmente após 1996, através da criação do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em que foi reconhecida, no nível federal político-institucional, a relevância das unidades de produção familiares, através da inserção de políticas públicas específicas para essa categoria social, incluindo desde crédito para a produção agrícola até a criação do Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF) (SCHNEIDER, 2006).

Definidos os objetivos do TR, o governo brasileiro traçou sete diretrizes, que devem ser estabelecidas de acordo com a área a ser desenvolvida, conjuntamente com a criação de associações, conselhos e fóruns municipais, integrando as ações com a comunidade de modo que a iniciativa esteja descentralizada e regionalizada e possa atender melhor a comunidade a que se destina (BRASIL, 2004).

As diretrizes traçadas foram: o ordenamento, informação e comunicação, articulação, incentivo, capacitação, envolvimento das comunidades e infraestrutura; que podem ser traduzidas pela inserção da legislação pertinente ao desenvolvimento do Turismo Rural, de acordo com a vocação de cada área, estabelecendo as necessidades de demanda e produção, através do conhecimento e dados disponibilizados, de uma comunidade rural bem representada, com crédito e recursos de financiamentos facilitados, permitindo o incremento da infraestrutura, além de acesso às estratégias que fomentem a indústria, incluindo a profissionalização do homem do campo (BRASIL, 2004).

Quanto à legislação, é importante frisar que o TR está sujeito a leis que tratam do meio ambiente, da preservação da cultura, normas trabalhistas, previdenciárias e tributárias, fundiária e agrícolas, turísticas e sanitárias nos âmbitos federal, estadual e municipal, que podem, inclusive, impedir o desenvolvimento da atividade até que a comunidade local adeque aos parâmetros estabelecidos legalmente (BRASIL, 2004).

Deve a localidade, então, iniciar diversos planos para desenvolver os estudos comparados da legislação, examinando os possíveis caminhos para a implementação, discutindo entre diferentes setores sociais e institucionais para a integração do desenvolvimento, o que permite o estabelecimento de normas, regras e procedimentos específicos, de acordo com o levantamento, classificação e cadastramento dos serviços disponíveis e da identificação da demanda, tornando possível maior qualidade, competitividade e segurança na sua implementação (BRASIL, 2004).

É importante ressaltar também o envolvimento da comunidade, que pode ocorrer através de eventos, fóruns, congressos, oficinas, cursos que visem a melhoria do atendimento das necessidades turísticas, valorizando diferentes talentos e ideias, com a identificação do planejamento mais viável e que melhor atende a região (BRASIL, 2004).

O TR apresenta como principal característica uma oferta de produtos e de serviços mais simplificada, com demanda pouco concentrada devido, principalmente, a diversidade de motivações dos turistas em visitar um local afastado dos grandes centros, embora deva se considerar a pluriatividade no espaço rural, pois, além da maior diversidade de atividades agropecuárias, são adicionadas novas atividades para-agrícolas, que agregam valor aos produtos in natura e processados, o que diversifica as ocupações e a renda da população rural, além das implicações socioeconômicas e a mudanças no uso e na ocupação do espaço rural (BARROS, GAMA, 2009).

As funções sociais do homem do campo são transformadas, devendo o morador local também se preocupar com os aspectos da segurança alimentar da agricultura desenvolvida em sua região; a conservação de paisagens, de ecossistemas e de agroecossistemas; e a reprodução das famílias rurais (MARTINS, 2012).

Quanto à inserção do trabalhador rural em outros meios de exploração de trabalho, existe também transformações incidentais no meio rural em estados do Sudeste do Brasil, em que três processos podem ser identificados:

[...] a masculinização, o envelhecimento e a desagrarização. Os dois primeiros deles decorrem do impacto de um êxodo rural cada vez mais seletivo operado nas duas últimas décadas no campo, o qual remete às cidades o grosso da mão de obra jovem e preferencialmente feminina, podendo comprometer, no longo prazo, a própria renovação da força de trabalho rural. O envelhecimento, por outro lado, é fruto do incremento da

esperança de vida da população rural, concomitantemente com a redução absoluta e relativa da participação da população jovem. A desagrarização, finalmente, exprime a capacidade declinante da agricultura no sentido de ocupar a população economicamente ativa do campo brasileiro, vis a vis o crescimento no número de pessoas absorvidas em atividades extraagrícolas, tal como evidencia a evolução das pesquisas nacionais por amostra de domicílios (PNADs) (BRASIL, 2003, p. 7).

Importa mencionar as políticas públicas de promoção do desenvolvimento rural endógeno, quando a renda gerada e apropriada pelo produtor é consumida na sua própria localidade, gerando economias locais, estimulando o entorno da região, gerando diversificação que gera alternativas internas para o território, e que incentivam a expansão do turismo rural, como programa LEADER (Liaison entre Actions de Développement de l'Économie Rurale), iniciado em 1991, na União Europeia, criando condições para que novos espaços antes ignorados passem a ser valorizados como mercadoria, e preparados para receber o turismo (CANDIOTTO ET AL, 2007).

Assim, não apenas as paisagens naturais, como o próprio meio rural e suas manifestações culturais e gastronômicas, são transformados em atrativos turísticos, como também, através do movimento de consumo, cria-se novos atrativos que afastam a natureza e a cultura característica do espaço rural (MARTINS, 2012).

Além desses fatores, o homem do campo passa a se ver em um ambiente econômico mais competitivo por receita e emprego, com uma padronização de equipamentos e serviços como hospedagem, alimentação, transportes, entre outras atividades turísticas, para atribuir diferenciais entre os lugares, tornando a experiência o mais singular possível (BARROS, GAMA, 2009).

Isto é, há um processo de reinvenção das tradições e identidades locais de forma a atrair um maior número de visitantes, perdendo-se, em muitos casos, a essência histórica, uma vez que a fotografia é mais atrativa (ROMEIRO, 2009).

Deste modo, as transformações sociais e espaciais ocorrem devida à instalação de infraestrutura para atender os turistas, além da alteração da identidade da população local, pois o que se busca é um realce de virtudes por meio de alegorias históricas ou daquelas recentemente preparadas para que a imagem do lugar seja atrativa comercialmente (BARROS, GAMA, 2009).

Cria-se modalidades e situações artificiais, para que sejam percebidas e comercializadas como homogêneas e autênticas do campo rural e do contato com a natureza, tornando a experiência turística mais pastoril e criando uma imagem mais forte de retorno ao passado ou às origens (MARTINS, 2012).

Entretanto, quando o espaço rural brasileiro passa a incorporar diversas atividades não-agrícolas e novas funções produtivas no meio rural, estas fontes de renda não estão restritas aos agricultores familiares, as quais terminam por ser promovidas por empresários urbanos ou médios e grandes produtores rurais, além de atrair pessoas dispostas a residirem no meio rural, sem necessitar da renda e do emprego provenientes de atividades agropecuárias (BARROS, GAMA, 2009).

De acordo com Corrêa e Mariani (2011), foi com o surgimento desses outros atores sociais no meio rural que a autonomia do agricultor familiar em oposição à crescente dependência da sociedade em relação aos mercados torna mais complexo o direcionamento correto dos recursos governamentais de apoio à agricultura familiar.

Embora o turismo seja apresentado como opção empresarial dotada de uma metodologia administrativa que visa a conservação ambiental e histórica, com o resgate das tradições culturais formando uma identidade local, há uma patente falta de planejamento na implantação do turismo, o que degrada e descaracteriza o espaço rural, além de não haver um estudo governamental volumoso que reconheça e identifique projetos já implantados para o recolhimento de informações importantes para o futuro planejamento e gerenciamento das atividades turísticas no meio rural (CORRÊA, MARIANI, 2011).

Ademais, a estratégia de complementação de renda para o produtor rural através da criação de empregos, quer seja pela ampliação do mercado de trabalho ou pela pluriatividade da sua empresa, desconsidera que o homem do campo, dentro de um sistema competitivo, é visto como mão de obra despreparada para a prestação dos serviços da atividade turística, não havendo sequer regulamentação para o exercício da gestão do turismo no espaço rural ou mesmo o oferecimento da capacitação do produtor rural para que possa compreender os mecanismos de administração do setor de serviços no ambiente rural e interno à sua propriedade (CANDIOTTO ET AL, 2007).



### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos aspectos do Turismo Rural, é possível reconhecer a ênfase das políticas públicas em relação ao seu desenvolvimento e promoção nacional e externa dada pelo Ministério do Turismo, objetivando, além da estratégia com a União, a organização em nível estadual e municipal.

Também deve ser reconhecida a importância das estratégias estabelecidas quanto à organização de representatividade da comunidade local, especialmente quanto aos agricultores familiares, que devem estabelecer conselhos para traçar estratégias de acordo com os aspectos sociais e econômicos específicos da região.

O regime de parcerias também se mostra interessante para o efetivo gerenciamento das metas de cada um dos âmbitos governamentais envolvidos, principalmente, na base municipal, pois carrega consigo as especificidades do local e da comunidade que serão trabalhadas e exploradas pelo TR.

Entretanto, foi observada através da pesquisa bibliográfica que não há estudos de campo suficientes para satisfazer todas as premissas teóricas acerca das possibilidades e limitações do Turismo Rural para o homem do campo, contemplando aspectos como a pluriatividade, a agricultura familiar, a exploração do meio ambiente e da força de trabalho dos ruralistas e a manutenção da autenticidade dos aspectos históricos e culturais da localidade.

Para uma pesquisa mais aprofundada, seria interessante a identificação da origem das rendas do homem do campo, estabelecendo uma dinâmica das ocupações não-agrícolas, de acordo com a região a ser estudada, observada a identidade das famílias envolvidas no processo e o envolvimento dos três níveis do poder público através de políticas públicas efetivas diante do desenvolvimento do TR.

Ressalta-se que há uma necessidade patente em estabelecer uma avaliação cuidadosa acerca dos impactos ambientais, sociais e econômicos dessas novas atividades, analisando a adequação com as leis que circundam esses aspectos e criando códigos específicos para a ocupação e trabalho no meio rural.

Consta-se que em termos comparativos as vantagens oferecidas com a implementação de um projeto de Turismo Rural é viável quando há controle dos impactos através do planejamento adequado, em que se afere e constrói um projeto extenso em informações com um conteúdo de interesse relevante para o desenvolvimento da região simultaneamente ao de seu morador.

Essas reflexões e questionamentos estão limitados à bibliografia pesquisada, reconhecendo não ser esta uma revisão que tenha contemplado todas as produções científicas a respeito dos temas aqui examinados e que deve ser aprimorado em estudos futuros.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, Flávio Sacco dos; et al. **Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar**. In: *XLIV CONGRESSO DA SOBER “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”*. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, RS, 2006. Disponível em: < <https://ageconsearch.umn.edu/record/145057/>>. Acesso em: 19 jun 2019.

BARROS, Cristina; GAMA, Rui. Marketing territorial como instrumento de valorização dos espaços rurais: uma aplicação na rede das Aldeias do Xisto. **Cadernos de Geografia**, v. 28, n. 29, p. 93-106, 2009. Disponível em: <[http://www.uc.pt/fluc/depgeo/Cadernos\\_Geografia/Numeros\\_publicados/CadGeo28\\_29/CB\\_93-106\\_Marketing.pdf](http://www.uc.pt/fluc/depgeo/Cadernos_Geografia/Numeros_publicados/CadGeo28_29/CB_93-106_Marketing.pdf)>. Acesso em: 19 mar 2019.

BEBER, Ana Maria Costa. **Turismo rural, modos de vida em mudança e percepções do rural**: um estudo a partir das práticas alimentares de famílias rurais em contexto de interação com turistas. 2012. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/79116>>. Acesso em: 19 mar 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas de Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural**. Roteiros do Brasil: Programa de Regionalização do Turismo. Brasília, 2004. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Diretrizes\\_Desevolvimento\\_Turismo\\_Rural.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Diretrizes_Desevolvimento_Turismo_Rural.pdf)>. Acesso em: 19 mar 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo Departamento de Formalização e Qualificação no Turismo Coordenação-Geral de Turismo Responsável. **Turismo e Sustentabilidade**. Orientações Para Prestadores De Serviços Turísticos. Brasília, 2016. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/images/pdf/06\\_06\\_2016\\_mtur\\_guiia\\_turismo\\_sustentabilidade.pdf](http://www.turismo.gov.br/images/pdf/06_06_2016_mtur_guiia_turismo_sustentabilidade.pdf)>. Acesso em: 19 mar 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico Coordenação-Geral de Segmentação. **Turismo Rural: Orientações Básicas**. 2ª Edição. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Turismo\\_Rural\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSxO\\_.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Rural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf)>. Acesso em: 19 mar 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria da Agricultura Familiar. **Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar 2004/2007**. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.institutobrasilrural.org.br/download/20120220101524.pdf>>. Acesso em: 19 jun 2019.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. Pluriatividade: aspectos históricos e conceituais. **Revista Faz Ciência**, v. 9, n. 10, p. 191-205, Jul./Dz. 2007. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/viewFile/7536/5571>>. Acesso em: 19 mar 2019.

\_\_\_\_\_ et al. **Turismo rural na agricultura familiar**: uma abordagem geográfica do Circuito Italiano de Turismo Rural (CITUR), município de Colombo-PR. 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/90238>>. Acesso em: 19 mar 2019.

CORRÊA, Cynthia Cândida; MARIANI, Milton Pasquotto Augusto. A importância da atividade do turismo no espaço rural para o desenvolvimento regional e local. **Revista Científica da Ajes**, v. 2, n. 4, 2011. Disponível em: <<http://www.revista.ajes.edu.br/index.php/RCA/article/view/43>>. Acesso em: 19 mar 2019.

COSTA, Ana Flávia Magalhães; DE MUNO COLESANTI, Marlene Terezinha. Turismo rural e educação ambiental desenvolvimento sustentável para o espaço rural do Município de Tupaciguara. **Caminhos de Geografia**, v. 3, n. 5, 2002. Disponível em: <[https://scholar.google.com/scholar\\_url?url=http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/download/15285/8585&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsb-](https://scholar.google.com/scholar_url?url=http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/download/15285/8585&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsb-)

ggp&ct=res&cd=0&d=2738768410449709686&ei=TGuTXIaDJ5HOmgHqwLuwBg&scisig=AAGBfm1A1xlxuoRWE nNEEts-KYPD0P6\_ug>. Acesso em: 19 mar 2019.

DAMIANO, Luís Miguel Caixeirinho et al. **Marketing no turismo rural: caso: região do Baixo Alentejo**. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade de Évora. Disponível em:< <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/14190>>. Acesso em: 19 mar 2019.

DELGADO, André Burgos; PAZOS, Araceli Serantes. Interpretação do patrimônio, turismo e gestão de áreas protegidas: algumas aproximações. **Turismo e Sociedade**, v. 6, n. 2, 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/31930>>. Acesso em: 19 mar 2019.

GONÇALVES, Yumi Kawamura et al. Perspectivas do desenvolvimento turístico em áreas rurais: o caso das Terras Altas da Mantiqueira (MG). 2003. Disponível em:< <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286195>>. Acesso em: 19 mar 2019.

MARIANI, Milton. Perspectivas para a elaboração de planos municipais de turismo: o caso de Corumbá-MS. **Anais... VI Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômico do Pantanal. Corumbá-MS**, p. 1-09, 2004. Disponível em:< <https://quati.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/sumario/palestras/MiltonMariani.PDF>>. Acesso em: 19 mar 2019.

MARTINS, Cátia Isabel Marques. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável: o papel da arquitectura vernacular**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade da Beira Interior. Disponível em:< <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/1937>>. Acesso em: 19 mar 2019.

NASCIMENTO, M.; ABRANTES, A.; COSTA, N. O turismo no desenvolvimento regional e o seu financiamento. **Tourism and Hospitality International Journal**, v. 3, n. 1, p. 30-45, 2014. Disponível em:< <http://www.isce-turismo.com/static/files/7653023c-A2.pdf>>. Acesso em: 19 mar 2019.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Veloso. **O papel das redes sociais para as empresas de turismo no espaço rural: guia de boas práticas**. 2016. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Turismo, Inovação e Desenvolvimento na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo Disponível em: <<http://repositorio.ipvc.pt/handle/20.500.11960/1491>>. Acesso em: 19 mar 2019.

PADILHA, A. et al. Resíduos gerados em atividades agropecuárias e de turismo rural: uma investigação na Fazenda Tropeiro Camponês. **Saber-Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural**, v. 13, p. 14, 2010. Disponível em:< <http://www.sober.org.br/palestra/15/493.pdf>>. Acesso em: 19 mar 2019.

RAMIRO, Patrícia Alves; ROMERO, Danielli Granado. O papel do turismo frente às novas ruralidades. **Sustentabilidade em Debate**, v. 3, n. 2, p. 93-115, 2012. Disponível em:< <http://ojs.bce.unb.br/index.php/sust/article/view/15519>>. Acesso em: 19 mar 2019.

ROMEIRO, Patrícia. Redes de gestão para a competitividade do sector turístico: uma análise a partir do turismo rural. **Anales Cabo Verde: Redes e Desenvolvimento Regional**, p. 4158-4183, 2009. Disponível em: <<http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Premio%20Bartolomeu/159A.pdf>>. Acesso em: 19 mar 2019.

ROSA, Anne Bastos Martins. A relação entre agricultura familiar pluriativa e turismo rural: uma análise teórica do ponto de vista da ascensão de classes sociais. GT 2 – Políticas Públicas, Desenvolvimento e Turismo Rural. *In: Anais do IX Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável – CITURDES: turismo rural comunitário: estratégia de desenvolvimento? / organização Karina Toledo Solha -- São Paulo : ECA/USP, 2014. 1800 p.*

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. SciELO-Editora da UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista brasileira de ciências sociais. São Paulo. Vol. 18, n. 51 (fev. 2003), p. 99-122**, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988>>. Acesso em: 19 jun 2019.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: **Froehlich, J.M.; Vivien Diesel.** (Org.). Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Unijui, 2006. Disponível em: <<http://ifibe.edu.br/arq/2015081315271368961277.pdf>>. Acesso em: 19 mar 2019.

SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estud. av.**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 37-50, Dec. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 jun 2019.

SOUZA, Katiane Ribeiro; BORÉM, Rosângela Alves Tristão; ALVES, Helena Maria Ramos. Turismo rural: alternativa de melhoria para a agricultura familiar do Sul de Minas Gerais. **Capa**, v. 6, n. 5, 2013. Disponível em: <<https://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/714>>. Acesso em: 19 mar 2019.